

**Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**

## **ÍNDICE**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
--	---

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos acionistas e Administradores da  
**Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

**TUCANO F6 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.163	39
Investimentos de curto prazo	3	15.793	17.645
Contas a receber de clientes		2.606	887
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		567	200
Outros tributos a recuperar		-	445
Outros ativos	4	23.761	26.239
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>44.890</b>	<b>45.455</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Cauções e depósitos vinculados		3.009	2.712
Imobilizado, líquido	5	227.232	207.743
Intangível, líquido		227	3.548
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>230.468</b>	<b>214.003</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>275.358</b>	<b>259.458</b>
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores		2.107	457
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	3.422	1.110
Imposto de renda e contribuição social a pagar		259	366
Dividendos a pagar		6.049	7.670
Contas a pagar a partes relacionadas	7	2.266	143
Passivo de arrendamento		58	-
Outros tributos a pagar		115	101
Outras obrigações		-	4.772
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>14.276</b>	<b>14.619</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	115.505	112.444
Contas a pagar a partes relacionadas	7	1.785	2.115
Passivo de arrendamento		5.779	4.527
Tributos diferidos		809	832
Outras obrigações		3.273	1.034
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>127.151</b>	<b>120.952</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social subscrito e integralizado		119.207	110.569
Reserva de lucros		14.724	8.477
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.841
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>133.931</b>	<b>123.887</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>275.358</b>	<b>259.458</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO F6 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita operacional líquida	<b>9</b>	48.241	31.234
Custo de produção e operação de energia	<b>10</b>	<u>(26.072)</u>	<u>(12.809)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b><u>22.169</u></b>	<b><u>18.425</u></b>
Gerais e administrativas		(109)	(282)
Outras despesas operacionais	<b>11</b>	<u>(1.044)</u>	<u>(28)</u>
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b><u>(1.153)</u></b>	<b><u>(310)</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b><u>21.016</u></b>	<b><u>18.115</u></b>
Receitas financeiras		2.896	2.092
Despesas financeiras		<u>(8.645)</u>	<u>(2.010)</u>
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>12</b>	<b><u>(5.749)</u></b>	<b><u>82</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>15.267</b>	<b>18.197</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.555)	(526)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		23	(832)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	<b>13</b>	<b><u>(2.532)</u></b>	<b><u>(1.358)</u></b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>12.735</u></b>	<b><u>16.839</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**TUCANO F6 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	12.735	16.839
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>12.735</b>	<b>16.839</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## TUCANO F6 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas			Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>101.081</b>	<b>(15.373)</b>	-	-	<b>(692)</b>	-	<b>85.016</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.839	-	<b>16.839</b>
Aumento de capital		27.642	-	-	-	-	-	<b>27.642</b>
Redução de capital		(18.154)	-	-	-	-	-	<b>(18.154)</b>
Integralização de capital		-	15.373	-	-	-	-	<b>15.373</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	4.841	<b>4.841</b>
Constituição de Reserva legal		-	-	807	-	(807)	-	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	7.670	(7.670)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(7.670)	-	<b>(7.670)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8</b>	<b>110.569</b>	-	<b>807</b>	<b>7.670</b>	-	<b>4.841</b>	<b>123.887</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.735	-	<b>12.735</b>
Aumento de capital		13.479	-	-	-	-	(4.841)	<b>8.638</b>
Redução de capital		(4.841)	-	-	-	-	-	<b>(4.841)</b>
Constituição de reserva legal		-	-	637	-	(637)	-	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	6.049	(6.049)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(6.049)	-	<b>(6.049)</b>
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(439)	-	-	<b>(439)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8</b>	<b>119.207</b>	-	<b>1.444</b>	<b>13.280</b>	-	-	<b>133.931</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## TUCANO F6 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	2023	2022
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro Líquido do exercício	12.735	16.839
<b>Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	10 7.046	5.505
Juros sobre arrendamento	12 153	432
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	12 (354)	(173)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	12 (2.512)	(1.659)
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	12 8.421	3.906
Amortização do custo de transação	12 48	36
Tributos e contribuições sociais diferidos	(23)	-
	<b>25.514</b>	<b>24.886</b>
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>	<b>(4.911)</b>	<b>(18.551)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	2.579	843
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.529)	(327)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	6 (2.141)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	1.795	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>20.307</b>	<b>6.851</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5 (20.643)	(126.608)
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	-	(17.013)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	57	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(20.586)</b>	<b>(143.621)</b>
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	6 -	110.569
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	6 -	(957)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	6 (955)	-
Dividendos pagos	(439)	-
Aumento (redução) de capital social	8 3.797	24.861
Adiantamento para futuro aumento de capital	8 -	4.841
Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de pagamentos, líquido	-	(2.539)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>2.403</b>	<b>136.775</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.124</b>	<b>5</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	39	34
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.163</b>	<b>39</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), situada na Fazenda Serra, s/nº, Zona Rural, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, foi constituída em 30 de dezembro de 2019 e tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holdings III S.A. e indiretamente pela AES Tucano Holding I S.A., pela AES Brasil Energia S.A (“AES Brasil”) e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Tucano F6	ACL	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	23,0

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção

das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

### **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

### **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## **3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO**

---

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos e curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Numerário disponível	512	39
Operação compromissada	1.651	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.163</b>	<b>39</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>		
CDB-DI	15.793	17.645
<b>Total</b>	<b>15.793</b>	<b>17.645</b>
<b>Total</b>	<b>17.956</b>	<b>17.684</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 99,51% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,51% em 31 de dezembro de 2022).

#### 4 OUTROS ATIVOS

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Multas por atrasos (i)	23.651	26.111
Adiantamento a Fornecedores	-	2
Almoxarifado	104	126
Partes relacionadas	6	-
<b>Total</b>	<b>23.761</b>	<b>26.239</b>

(i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante. No exercício de 2023, foram compensados R\$ 12.353 contra fornecedores, conforme previsto em contrato.

#### 5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado, com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até o fim da vida útil do parque e, nesse mesmo instante, será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	32.219	(1.865)	30.354
Máquinas e equipamentos	3,81%	203.345	(10.412)	192.933
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>235.564</b>	<b>(12.277)</b>	<b>223.287</b>
Imobilizado em curso (i)		-	-	4.820
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>235.564</b>	<b>(12.277)</b>	<b>223.287</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	4.398	(453)	3.945
<b>Total Imobilizado</b>		<b>239.962</b>	<b>(12.730)</b>	<b>227.232</b>

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para custos sócio ambientais e desmantelamento	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.037	-	-	-	2.182	32.219
Máquinas e equipamentos	175.332	-	-	2.251	25.762	203.345
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>205.369</b>	-	-	<b>2.251</b>	<b>27.944</b>	<b>235.564</b>
Imobilizado em curso	4.820	20.643	-	-	(25.463)	-
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>210.189</b>	<b>20.643</b>	-	<b>2.251</b>	<b>2.481</b>	<b>235.564</b>
Direito de uso de terreno arrendado	3.240	-	1.158	-	-	4.398
<b>Subtotal</b>	<b>213.429</b>	<b>20.643</b>	<b>1.158</b>	<b>2.251</b>	<b>2.481</b>	<b>239.962</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(5.686)	(7.201)	-	-	157	(12.730)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>207.743</b>	<b>13.442</b>	<b>1.158</b>	<b>2.251</b>	<b>2.638</b>	<b>227.232</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.288	-	-	24.749	30.037
Máquinas e equipamentos	6.547	-	-	168.785	175.332
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>11.835</b>	-	-	<b>193.534</b>	<b>205.369</b>
Imobilizado em curso	72.645	125.709	-	(193.534)	4.820
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>84.480</b>	<b>125.709</b>	-	-	<b>210.189</b>
Direito de uso de terreno arrendado	3.750	-	(510)	-	3.240
<b>Subtotal</b>	<b>88.230</b>	<b>125.709</b>	<b>(510)</b>	-	<b>213.429</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(266)	(5.420)	-	-	(5.686)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>87.964</b>	<b>120.289</b>	<b>(510)</b>	-	<b>207.743</b>

(i) Refere-se as transferências do intangível para o imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou em preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2023									
	Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
BNB	2045	3.143	332	(53)	3.422	106.487	9.838	(820)	115.505	118.927

	2022									
	Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
BNB	2045	1.125	33	(48)	1.110	109.444	3.873	(873)	112.444	113.554

A movimentação da dívida é como segue:

	Financiamentos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	-
Ingressos	110.569
Encargos financeiros	3.906
Diferimento de custos de transação	(957)
Amortização dos custos de transação	36
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>113.554</b>
Encargos financeiros	8.421
Pagamento de principal	(955)
Pagamento de encargos financeiros	(2.141)
Amortização dos custos de transação	48
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>118.927</b>

**6.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante**

	<b>Empréstimos</b>	<b>Encargos</b>	<b>Custos de transação</b>	<b>Total</b>
2025	4.524	418	(55)	4.887
2026	4.856	449	(55)	5.250
2027	5.337	493	(55)	5.775
2028	5.287	488	(54)	5.721
2029	4.867	450	(54)	5.263
Após 2030	81.616	7.540	(547)	88.609
<b>Total</b>	<b>106.487</b>	<b>9.838</b>	<b>(820)</b>	<b>115.505</b>

**6.2 Compromissos financeiros – “Covenants”**

<b>Objetivo</b>	<b>Covenant</b>
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações contábeis da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.	ICSD: $\geq 1,2x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

**6.3 Característica da dívida**

<b>Descrição</b>	<b>Valor ingresso</b>	<b>Data da emissão</b>	<b>Taxa contratual</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Sistema de amortização do principal</b>	<b>Montante</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Finalidade</b>
Financiamento - BNB	109.630	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	118.927	Set/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano

## 7 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
<b>Ativo</b>		
<b>Outros ativos</b>		
Estoque sobressalente - Tucano F1	6	-
<b>Subtotal circulante</b>	<b>6</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>6</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Energia elétrica comprada para revenda - AES Operações	2.260	1
<b>Subtotal</b>	<b>2.260</b>	<b>1</b>
<b>Dividendos a pagar</b>		
Dividendos a pagar - TH3	6.049	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.049</b>	<b>-</b>
<b>Outas obrigações</b>		
Condomínio - TH1	6	143
Contas a pagar O&M - AES Operações (i)	-	109
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>252</b>
<b>Subtotal circulante</b>	<b>8.315</b>	<b>253</b>
<b>Outas obrigações</b>		
Contas a pagar O&M - AES Operações (i)	1.785	2.115
<b>Subtotal</b>	<b>1.785</b>	<b>2.115</b>
<b>Subtotal não circulante</b>	<b>1.785</b>	<b>2.115</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>10.100</b>	<b>2.368</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>		
AFAC - TH3	-	4.841
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>4.841</b>
<b>Total do passivo + PL</b>	<b>10.100</b>	<b>7.209</b>
<b>Resultado (Receita líquida)</b>		
Venda de energia - AES Operações (ii)	7.510	-
Venda de energia - Unipar Cabocloro	30.144	-
<b>Subtotal</b>	<b>37.654</b>	<b>-</b>
<b>Resultado (Custo de produção e operações de energia)</b>		
Energia comprada P/ Revenda - AES Operações	(2.234)	-
Energia comprada P/ Revenda - Tucano F8	(142)	-
Outros custos de vendas - AES comercializadora	(830)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(3.206)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado (Outras (despesas) receitas operacionais)</b>		
Outras despesas O&M - AES Operações (i)	(1.027)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(1.027)</b>	<b>-</b>
<b>Total do resultado</b>	<b>33.421</b>	<b>-</b>
<b>Total partes relacionadas</b>	<b>43.527</b>	<b>2.368</b>

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “AES Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Refere-se principalmente a venda de energia celebrada entre a Companhia e a “AES Operações” para fins de suprimentos de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$ 102,04 e montante envolvido de 33.440 MWh.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$119.207 (R\$110.569 em 31 de dezembro de 2022), composto por 119.207.038 (110.569.326 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
<b>Acionistas</b>		
Tucano Holding III	119.207	110.569
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>119.207</b>	<b>110.569</b>

#### **Aumento de capital**

Em 12 de junho de 2023, foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 4.841, dividido em 4.841.100 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$115.410, composto por 115.410.426 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 8.638, dividido em 8.637.741 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$119.207, composto por 119.207.038 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

#### **Redução de capital**

Em 04 de julho de 2023, foi realizada a assembleia geral extraordinária para tratar sobre a redução de capital no montante de R\$4.841, mediante a restituição de capital à acionista Tucano Holding III S.A. em moeda corrente, e o cancelamento de 4.841.100 ações ordinárias nominativas. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital da Companhia passou a ser de R\$110.569, dividido em 110.569.326 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

### 8.2 Reserva de Lucros

### **(a) Reserva Legal**

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$637 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

### **(b) Reserva de investimentos**

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$6.049 a título de reserva de investimentos.

## **8.3 Destinação dos resultados**

O estatuto social da Companhia é omissivo quanto a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Desta forma, a Companhia distribuiu aos acionistas o montante correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 6.049 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 11 de outubro de 2023, foi efetuado o pagamento de dividendos adicionais propostos, no montante de R\$ 439, referente ao resultado apurado no ano de 2022.

## **9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### **(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Mercado de curto prazo	380	1.286
Partes relacionadas (i)	37.654	-
Lucro cessante (ii)	9.469	26.111
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>50.056</b>	<b>32.420</b>
(-) PIS e COFINS	(1.815)	(1.184)
(-) ICMS	-	(2)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>48.241</b>	<b>31.234</b>

(i) Vide detalhes na nota explicativa N°7.

(ii) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

## 10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(3.573)	(4.581)
Contratos com partes relacionadas	(3.206)	-
Mercado de curto prazo	(8.947)	(23)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.842)	(2.401)
Taxa de fiscalização ANEEL	(276)	(1)
<b>Subtotal</b>	<b>(18.844)</b>	<b>(7.006)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(150)	(280)
Material	(15)	(10)
Depreciação e amortização	(7.046)	(5.505)
Arrendamentos e aluguéis	(9)	(8)
Outros custos operacionais	(8)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(7.228)</b>	<b>(5.803)</b>
<b>Total</b>	<b>(26.072)</b>	<b>(12.809)</b>

## 11 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Seguros	(16)	(18)
Contribuições setoriais	(1)	-
Operação e manutenção O&M (i)	(1.027)	-
Outros	-	(10)
<b>Total</b>	<b>(1.044)</b>	<b>(28)</b>

(i) Em 03 de setembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

## 12 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	2.512	1.659
Variações monetárias	354	430
Outras receitas financeiras	30	3
<b>Subtotal</b>	<b>2.896</b>	<b>2.092</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos financeiros de dívidas	(7.856)	(3.942)
Variações monetárias	(613)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	(153)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	1.969
Tarifas e encargos bancários	-	(6)
IOF	-	(19)
Outras despesas financeiras	(23)	(12)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.645)</b>	<b>(2.010)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(5.749)</b>	<b>82</b>

## 13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

No regime de tributação pelo lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2023	
	IRPJ	CSLL
<b>IRPJ/CSLL</b>		
Receita operacional tributável	50.476	50.476
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	4.038	6.057
Outras receitas	3.026	3.026
Base de cálculo	7.064	9.083
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.060)	(818)
Adicional (10%)	(682)	-
Outros ajustes	4	1
IRPJ e CSLL corrente	(1.738)	(817)
IRPJ e CSLL diferido	15	8
<b>Total tributos no resultado</b>	<b>(1.723)</b>	<b>(809)</b>

	2022	
	IRPJ	CSLL
<b>IRPJ/CSLL</b>		
Receita operacional tributável	5.425	5.425
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	434	651
Outras receitas	1.109	1.109
Base de cálculo	1.543	1.760
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(231)	(158)
Adicional (10%)	(131)	-
Outros ajustes	(6)	-
IRPJ e CSLL corrente	(368)	(158)
IRPJ e CSLL diferido	(540)	(292)
<b>Total tributos no resultado</b>	<b>(908)</b>	<b>(450)</b>

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Controladora				Categoria
	2023		2022		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
3	512	512	39	39	Custo amortizado
3	1.651	1.651	-	-	Valor justo por meio do resultado
3	15.793	15.793	17.645	17.645	Valor justo por meio do resultado
	2.606	2.606	887	887	Custo amortizado
	-	-	-	-	Custo amortizado
	3.009	3.009	2.712	2.712	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>23.571</b>	<b>23.571</b>	<b>21.283</b>	<b>21.283</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
	2.107	2.107	457	457	Custo amortizado
6	118.927	118.927	113.554	113.554	Custo amortizado
7	4.051	4.051	2.258	2.258	Custo amortizado
	5.837	5.837	4.527	4.527	Custo amortizado
	6.049	6.049	7.670	7.670	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>136.971</b>	<b>136.971</b>	<b>128.466</b>	<b>128.466</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## 13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

### **Contas a receber**

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.163	39
Investimentos de curto prazo	15.793	17.645
Contas a receber de clientes	2.606	887
Cauções e depósitos vinculados	3.009	2.712
<b>Total</b>	<b>23.571</b>	<b>21.283</b>

### **(b.2) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	118.927	113.554
Caixa e equivalentes de caixa	(2.163)	(39)
Investimentos de curto prazo	(15.793)	(17.645)
Cauções (garantias de financiamentos)	(3.009)	(2.712)
<b>Dívida líquida</b>	<b>97.962</b>	<b>93.158</b>
Patrimônio líquido	133.931	123.887
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>73%</b>	<b>75%</b>

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	2.107	-	-	-	-	2.107
Empréstimos e financiamentos	2.758	8.319	23.961	34.619	130.216	199.873
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	4.051	-	-	4.051
Passivo de arrendamento	15	45	65	236	5.680	6.041
Dividendos a pagar	-	6.049	-	-	-	6.049
<b>Total</b>	<b>4.880</b>	<b>14.413</b>	<b>28.077</b>	<b>34.855</b>	<b>135.896</b>	<b>218.121</b>

### (b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2023. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

### (b.5) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Investimentos de curto prazo	15.793	17.645
Cauções e depósitos vinculados	3.009	2.712
Empréstimos e financiamentos	(118.927)	(113.554)
Contas a pagar partes relacionadas	(4.051)	(2.258)
<b>Total</b>	<b>(104.176)</b>	<b>(95.455)</b>

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	15.793	807	1.210	1.614	2.017	2.421
<b>Impacto no resultado</b>			<b>807</b>	<b>1.210</b>	<b>1.614</b>	<b>2.017</b>	<b>2.421</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>807</b>	<b>1.210</b>	<b>1.614</b>	<b>2.017</b>	<b>2.421</b>

Cauções e depósitos vinculados	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	3.009	238	317	396	475	554
<b>Impacto no resultado</b>			<b>238</b>	<b>317</b>	<b>396</b>	<b>475</b>	<b>554</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>238</b>	<b>317</b>	<b>396</b>	<b>475</b>	<b>554</b>

Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
BNB	IPCA	(118.927)	(5.535)	(6.719)	(7.902)	(9.088)	(10.272)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(5.535)</b>	<b>(6.719)</b>	<b>(7.902)</b>	<b>(9.088)</b>	<b>(10.272)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(5.535)</b>	<b>(6.719)</b>	<b>(7.902)</b>	<b>(9.088)</b>	<b>(10.272)</b>

## (c) Outros riscos considerados relevantes

### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

## (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.